



## Comitê de Representantes

Aprovada na 1191ª sessão

ALADI/CR/Ata 1179  
15 de julho de 2014  
Horário: das 10h10m às 12h30m

### ATA DA 1179ª SESSÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ DE REPRESENTANTES

#### Ordem do dia

1. Aprovação da Ordem do Dia.
  2. Convocatória e agenda da Décima Sétima Reunião do Conselho de Ministros das Relações Exteriores (ALADI/CR/PR 300).
  3. Assuntos diversos.
-

Preside:

AÍDA GARCÍA NARANJO MORALES

Assistem: Rubén Javier Ruffi, Pablo Ducros (Argentina), Benjamín Blanco Ferri, Jenny Encinas (Bolívia), Maria da Graça Nunes Carrion, Roberto Goidanich, André Jafet Bevilacqua, José Vitor Carvalho Hansem, Rodrigo de Macedo Pinto (Brasil), Alex Rodrigo Chaparro Cavada (Chile), Alejandro Borda Rojas, Luz Marina Rivera Rojas (Colômbia), Igor Azcuy González (Cuba), Gustavo Anda Sevilla (Equador), Alejandro de la Peña Navarrete, José Alberto Martínez Dávila (México), Digna M. Donado (Panamá), Miguel Ángel López Arzamendia (Paraguai), Aída García Naranjo Morales, María de Fátima Trigo Sakuma, Ricardo B. Romero Magni (Peru), Juan Alejandro Mernies Falcone, Linda Rabbaglietti, Ivannah Garelli (Uruguai), Isabel Cristina Delgado Arria, Juan Carlos Gómez Urdaneta, María Luisa de Paz Rivas (Venezuela).

Secretário-Geral: Carlos Alvarez

Subsecretários: César Llona, Pablo Rabczuk

---

PRESIDENTE. Bom dia, Embaixadores, Representantes, colegas todos dos diferentes países, recebam as melhores boas-vindas nesta manhã em que iniciamos a sessão ordinária N° 1179.

1. Aprovação da Ordem do Dia

... Passamos à Ordem do Dia, que tem previsto como pauta a convocatória e a agenda da Décima Sétima Reunião do Conselho de Ministros das Relações Exteriores da ALADI e assuntos diversos.

Não havendo observações, dá-se por aprovada.

2. Convocatória e agenda da Décima Sétima Reunião do Conselho de Ministros das Relações Exteriores (ALADI/CR/PR 300).

... Iniciamos o ponto da Convocatória e a agenda da Décima Sétima Reunião do Conselho de Ministros das Relações Exteriores.

Este ponto será precedido de um breve relatório que apresentaremos a todos os representantes das diferentes missões neste sentido: quinta-feira 3, dia em que novas autoridades assumiram o cargo e o mandado para o segundo semestre da ALADI, acordamos fazer uma solicitação à sua excelência, o chanceler da República Oriental do Uruguai, senhor Luis Almagro. Nesse mesmo dia foi preparado, junto com a Secretaria-Executiva da ALADI, um projeto de agenda para apresentar na Reunião de Alternos, convocada para o dia seguinte, 4 de julho. No mesmo dia 3, trabalhou-se na elaboração de projetos de resoluções para abordar diferentes pontos da agenda e no dia 4 elaborou-se um projeto de declaração para abordar uma agenda trienal e uma visão da ALADI. Inicialmente, foi chamada de “visão estratégica”; na segunda sessão a denominação foi trocada por “visão da ALADI”.

Na sexta-feira 4, tivemos a primeira Sessão de Alternos. Na sessão, informou-se sobre a carta enviada ao ministro das Relações Exteriores do Uruguai solicitando uma

reunião que abordar como ponto de agenda a realização do Décimo Sétimo Conselho de Ministros da ALADI. Esta carta, preparada dia 3, foi enviada a toda a delegação constituída no dia 3 para solicitar a reunião à Chancelaria.

A carta foi enviada dia 3 para todas as missões. Na sexta-feira, na Sessão de Alternos, debateu-se o projeto de agenda. No que tange ao projeto de agenda inicial, apresentado nessa primeira reunião, acordou-se tentar fazer uma nova versão de uma agenda consolidada em quatro grandes blocos: o primeiro bloco, referido basicamente à instalação; o segundo bloco, ao relatório da gestão de 2014 a 2017; no terceiro seriam debatidas as resoluções e declarações que foram apresentadas e o quarto bloco constituiria o encerramento da agenda do Conselho de Ministros.

Nesse dia, também foi recebido o projeto de resolução da Bolívia sobre a dimensão social da integração. O projeto de resolução também foi enviado para todas as missões desde a Secretaria da ALADI.

Segunda-feira (7), com a equipe da ALADI ajustou-se a agenda em quatro grandes blocos, conforme solicitado, cumprindo com os requisitos do Tratado de Montevideu 1980 e de seu Regulamento. Faço esta aclaração porque alguns sugeriram que muitos dos pontos da agenda fossem omitidos; porém, afirmou-se que isto era impossível porque o TM80 e todas as outras agendas continham este conjunto de pontos e que tínhamos obrado na elaboração da agenda seguindo os procedimentos dos Conselhos de Ministros anteriores. O que não era impossível era organizá-la em blocos, mas, de maneira alguma era admitida a eliminação de certos pontos. Alguns faziam questão de suspender a votação, a eleição da ordem do voto dos plenipotenciários, a eliminação de alguns assuntos de procedimento, mas não era possível conforme o regulamento que, efetivamente, esteve na mesa nesse dia.

Nessa segunda-feira, foram elaboradas as três resoluções para serem submetidas à terceira Sessão de Alternos da terça-feira (15), após o CORE. As resoluções apresentadas – que são três – ainda não foram debatidas; portanto, não são projetos de resoluções aprovados, mas materiais e insumos de trabalho apresentados para serem enviados às capitais e para receber um conjunto de respostas e primeiras apreciações sobre estes textos.

Elaborou-se também um projeto de resolução sobre “Diretrizes para uma Agenda Estratégica” – esse foi o primeiro nome que recebeu na segunda-feira – e preparou-se um projeto de resolução sobre “Promoção e Facilitação do Comércio Intra-regional”. Elaborou-se um projeto de resolução sobre “Fortalecimento do papel da ALADI na convergência latino-americana” e uma ajuda-memória sobre os “Mandatos da Cúpula da CELAC sobre Segurança Alimentar”, tentando fazer uma gênese da maneira em que os laços entre a ALADI e a CELAC tinham se originado, da maneira de agir e das decisões tomadas pela CELAC com relação a esse tema.

Na terça-feira (8), foi enviado para todas as missões, tal como acordado, para sua opinião e para envio a capitais, o conjunto de projetos de resoluções e uma ajuda-memória elaborada relativa à CELAC, tudo em coordenação com a Secretaria-Executiva.

Convocou-se para a segunda Reunião de Alternos para a sexta-feira (11) e recebeu-se confirmação da reunião pela Chancelaria uruguaia para as 9h da manhã da sexta-feira (11). Por isso, preferiu-se que a segunda Reunião de Alternos, convocada inicialmente para as 10h da manhã, fosse adiada para as 10h30m, a fim de que, após regressarmos da visita com o chanceler Almagro, pudéssemos entregar aos Alternos um relatório sobre esta reunião.

Na sexta-feira (11), realizou-se a reunião com o chanceler Luis Almagro. Assistiram à reunião a delegação sugerida no CORE em 3 de julho: o embaixador do Uruguai, Alejandro Mernies; o embaixador do Equador, Emilio Izquierdo; o ministro Alejandro de la Peña, do México; o secretário-geral da ALADI, Carlos Alvarez; e quem fala, embaixadora García Naranjo, em qualidade de presidente da ALADI.

O ponto da agenda a abordar com o chanceler foi a Décima Sétima Reunião do Conselho de Ministros da ALADI. O resultado desta reunião foi a plena disponibilidade do ministro Almagro para apoiar a realização do Conselho de Ministros, porquanto ele seria o presidente. Ele tinha toda a disponibilidade e, efetivamente, esperava notícias da ALADI com relação a esta disponibilidade que ele manifestava. Sugeriu que o mais pertinente era começar a reunião do Conselho de Ministros antes do início da sessão da UNASUL. Nós sugerimos entre as 8h e as 10h da manhã e ele sugeriu entre as 8h30m e as 10h30m.

Assinalou que, no caso da UNASUL, não havia ainda uma agenda precisa, mas que tinha como agenda central basicamente a eleição do secretário-geral deste organismo, decisão que está pendente desde há tempo.

Foi proposta a sede da ALADI como local para a Reunião do Conselho, já que para nós é a sede mais pertinente para fazer a nossa sessão às 8h da manhã. A contraproposta do chanceler foi de fazê-la no mesmo Sofitel, antigo Hotel Carrasco, já que se todos os chanceleres e plenipotenciários iam se hospedam ali, seria uma perda de tempo vir até aqui para voltar ao hotel para a sessão da UNASUL; portanto, sugeri que fosse no Hotel Casino Carrasco.

A ALADI vem fazendo as coordenações. O hotel está completamente ocupado pela Chancelaria. Coordenaremos com a Chancelaria um local próprio para a ALADI, não o da sala da UNASUL.

O chanceler ofereceu-se, aliás, para conversar pessoalmente com os chanceleres que, não sendo membros da UNASUL, possam ser convocados para que a reunião da ALADI tenha mais êxito. Comprometeu-se a falar com o chanceler do México, com o chanceler de Cuba e com a chanceler do Panamá. Esses foram os compromissos do chanceler Almagro. Também, perguntou se era possível contar com uma versão em inglês do texto da EXPO ALADI a fim de que também possa ser discutido em inglês.

Assinalou que era muito gratificante para Montevidéu a realização desta sessão, que ele tinha presidido sessões anteriores e que, sendo Montevidéu a sede da Cúpula, era pertinente e era momento de fazê-la, que não via outra oportunidade dentro dessa Cúpula dos dias 21 e 22 – 21 de chanceleres e 22 de presidentes – de fazer um espaço para a ALADI.

Na sexta-feira, logo após a reunião com o chanceler Almagro, teve lugar a reunião da segunda Sessão de Alternos. Informou-se sobre os resultados da visita com o chanceler, que foram para nós muito estimulantes, entendendo que esse é o ponto de vista do Uruguai, da boa vontade e disponibilidade da Chancelaria uruguaia para aceitar esta proposta e para impulsioná-la e, sem dúvidas, isto deve ser resolvido pela ALADI e pelo seu Comitê de Representantes. Por esse motivo, foi convocada esta reunião ordinária.

Nessa sessão da sexta-feira, foi revista a agenda final para submetê-la ao CORE de hoje, 15 de julho. O CORE é o único órgão encarregado de convocar o Décimo Sétimo Conselho de Ministros. O chanceler nos solicitou que, após realizada a convocatória, a agenda lhe fosse enviada à Chancelaria para poder interceder, por

intermédio da Chancelaria, junto àqueles países não membros da UNASUL e convidá-los para participar. Sobre este tema, já assinalamos com as delegações do México e de Cuba – não estivemos com a embaixadora Digna, mas sim com o representante do México – a possibilidade de organizar alguma atividade. O ministro do México, Alejandro de la Peña, apontou que é difícil um ministro ou chanceler assistir somente para uma reunião de duas horas e que podíamos planificar uma visita de trabalho ou alguma atividade com os chanceleres na hipótese de contar com a presença deles.

Também na sexta-feira foi apresentado o projeto de resolução da Bolívia sobre a dimensão social. O embaixador expôs sua resolução e receberam-se observações diversas, basicamente perguntas, sem respostas nem opiniões de capitais; apenas três capitais tinham tido a possibilidade de revisar o primeiro texto que o embaixador tinha mandado na primeira Sessão de Alternos. As intervenções foram basicamente referidas a perguntas da moção.

Ontem, segunda-feira, recebemos o projeto de resolução da Bolívia sobre o mesmo tema, intitulado: “Proposta de Resolução: Participação dos movimentos sociais”, e as normas MERCOSUL sobre a participação social. A resolução será submetida à consideração da terceira Sessão de Alternos que se realiza no dia de hoje, terça-feira, após revisão da resolução da agenda que temos pendente.

Foi enviado para todas as delegações um projeto de agenda que manteve o conjunto dos temas estabelecidos nas agendas ordinárias dos Conselhos de Ministros desenvolvidos até o momento – dezesseis ao todo – e foram sugeridas algumas mudanças na ordem da agenda.

A agenda foi acordada em seu conjunto, mas não totalmente. Havia observações particulares, como sobre o termo genérico “documentos”. O ponto IV, de “Aprovação de documentos”, foi submetido à aprovação, já que algumas delegações sugeriam “resolução” e outras, “declaração”, entendendo que a declaração não tinha mandato vinculante; outras, pelo contrário, queriam que todas fossem resoluções.

Outro ponto que não alcançou consenso na Reunião de Alternos foi se o tema era abordado como “integração” ou como “convergência”, entendendo sempre que o termo “convergência” não se usava com palavras maiúsculas como a instância de “convergência”, mas de acordo com o conceito de “convergir” e não com o conceito da “institucionalidade que tem convergência”. Isto, porém, não foi motivo de aprovação.

Assim, trazemos uma agenda que aproxima os pontos de vista e as atitudes comuns e que tem ainda pontos para serem resolvidos. Porque é importante este CORE que convocamos de forma ordinária? Porque, sem dúvidas, apesar da disponibilidade do chanceler Almagro, ele não pode convocar o Conselho de Ministros da ALADI. A convocatória cabe somente ao CORE da ALADI e para fazê-la temos que ajustar a agenda que o CORE tem de aprovar. Por isso, não podemos fazer a convocatória, apesar de que teríamos disponibilidade de um dia: 21 de agosto; de um horário: das 8h30m às 10h30m; de um local: o SOFITEL, propostas todas que nos faz o chanceler Almagro a partir do local de realização da Cúpula da UNASUL. Não obstante, é requerida uma agenda. Portanto, colocamos à consideração o relatório incluindo a intenção de que o CORE aprove nossa disponibilidade de fazer a reunião dia 21, das 8h30m às 10h30m, no SOFITEL, antes da Cúpula da UNASUL, e de aprovar uma agenda definitiva. Portanto, colocamos à consideração o Projeto de Resolução N° 300, de “Convocatória e Agenda da Décima Sétima Reunião do Conselho de Ministros das Relações Exteriores”.

Este é um breve resumo do realizado do dia 3 de julho até o dia de hoje, 15 de julho, dos materiais elaborados nas reuniões e da reunião com o chanceler do Uruguai e de sua posição.

Colocamos o conjunto destes elementos à disposição dos embaixadores da ALADI, bem como dos Representantes Alternos que, em qualidade de plenipotenciários, estão nesta sessão, para colocar este único ponto de agenda ao debate. As resoluções não serão vistas agora, não está previsto. A Reunião de Alternos não viu ainda nenhuma das resoluções. Escutou-se a proposta da Bolívia, não é uma proposta aprovada, somente recebida e observada. Porém, há três documentos que foram submetidos à consideração que serão discutidos na Sessão de Alternos. Invocaram-se as diferentes missões porque o México e a Argentina comunicaram que tinham resoluções alternativas; solicitou-se, então, o envio das propostas, mas a única proposta alterada que recebemos foi a resolução da Bolívia sobre dimensão social, que seria tratada em outro momento porque primeiro abordaríamos as resoluções que fazem parte da agenda que temos na sessão.

Este aqui é o meu breve relatório. Oferecemos agora a palavra às delegações. Muito obrigada.

A Delegação do Brasil tem o uso da palavra. Por favor, Embaixadora. Muito obrigada.

Delegação do BRASIL (Maria da Graça Nunes Carrion). Muito obrigada, Presidente. Eu agradeço muito a sua exposição, muito elucidativa dos passos dados em direção a essa reunião, a essa convocatória da reunião de Ministros das Relações Exteriores.

Eu gostaria de me manifestar, inicialmente, a respeito do projeto de resolução que traz à agenda da reunião e dizer que eu tive muita dificuldade de encontrar no Brasil nestes últimos dias as autoridades competentes para poder discutir ou receber instruções. Estou falando basicamente em caráter preliminar, porém, vou buscar informações mais complementares na medida em que termine a reunião dos BRICS no Brasil, mas, desde já, eu poderia adiantar que nós podemos concordar com a resolução e com a convocatória da reunião e, com relação à agenda, o que eu posso adiantar neste momento é que nós temos dificuldades com relação à aprovação de documentos, porque, sem saber que documentos são, o tempo que temos disponível para examinar qualquer documento é muito curto, inclusive para uma reunião de duas horas.

O que nós consideramos é que a reunião tem que ser protagônica, no sentido de instalar o Conselho de Ministros e fazer a eleição do secretário-geral. Obviamente, os relatórios da ALADI e, com relação ao fortalecimento do papel da ALADI, da convergência da integração latino-americana, podemos considerar da forma em que está, mas o que se sugere é que esse tema precisa de uma reflexão mais profunda, saber exatamente do que se trata, de que convergência estamos falando, uma vez que a convergência é com minúscula e não com maiúscula, e saber aonde esta convergência nos conduz. A proposta que eu tenho, portanto, é de delegar a constituição de um grupo de trabalho para examinar esse assunto, com prazo fixado, com data para trazer os resultados e entregar conclusões para fazer uma avaliação técnica dos trabalhos dedicados a esse tipo de reflexão.

Com relação a essas outras resoluções que ainda não foram examinadas, eu não posso me pronunciar neste momento por não ter tido ocasião de recebê-las. Mas, acreditamos que a Associação tem realmente um objetivo fundamental para nós, que

é a nomeação, a recondução do novo secretário-geral, que é absolutamente necessária, e fazer uma avaliação dos trabalhos da ALADI desde a última reunião, desde a última conferência, se for o caso, e estabelecer um novo programa de trabalho com vistas a um maior aprofundamento da ALADI, mas que ele seja feito de forma mais técnica e com mais reflexão. Obrigada.

PRESIDENTE. Muito obrigada, Embaixadora. Tem o uso da palavra a Delegação da Argentina.

Representação da ARGENTINA (Rubén Javier Ruffi). Obrigado, Presidente. Em primeiro lugar, somo-me aos agradecimentos sobre o relatório que nos ofereceu sobre as diferentes Reuniões do Comitê, Reuniões de Alternos destes últimos dias.

Em segundo lugar, queria fazer um pequeno esclarecimento: não temos exatamente um projeto de resolução alternativo. O que falamos foi que íamos apresentar um projeto de declaração. O projeto é especificamente um projeto de declaração sobre as Malvinas, não sobre os temas que estão na agenda. Simplesmente anunciamos que íamos apresentar um projeto de declaração sobre uma temática que não estava incluída em todos os documentos que tínhamos. Queria reafirmar que o que vamos fazer é apresentar um projeto de declaração em apoio aos legítimos direitos da República Argentina sobre as ilhas Malvinas, Georgia do Sul, Sandwich do Sul e os espaços marítimos circundantes, como expressado no Conselho de Ministros da ALADI em duas oportunidades anteriores.

Sobre os documentos que temos na mesa e, em particular, sobre o projeto de resolução, entendemos que deveríamos, visto o escasso tempo que temos daqui a 21 de agosto, aprovar nesta sessão a convocatória e a agenda provisional, principalmente por esta última palavra, porque é uma agenda provisional; não está escrita em pedra, pode ser modificada, ampliada, aperfeiçoada nos dias que temos pela frente. Se for necessário, aprovemos nesta sessão a convocatória para termos uma presença importante de chanceleres, não apenas dos chanceleres da UNASUL, que estarão aqui em Montevideu, mas também daqueles três países que devem vir exclusivamente para a reunião da ALADI.

Sobre os pontos específicos do projeto de resolução que temos, nós entendemos que talvez uma forma de facilitar o que assinalava a Delegação do Brasil sobre o ponto IV. b): “Aprovação de documentos submetidos à consideração do Conselho de Ministros” seria trocar “documentos” por “projetos”, por “instrumentos” – quaisquer dos dois conceitos inclui tanto resoluções quanto declarações. Consideramos que esta redação foi o resultado de um intercâmbio nas duas Sessões de Alternos para ter uma agenda com temas gerais que nos permitisse ter maior flexibilidade nos pontos principais da agenda: o intercâmbio dos chanceleres.

Nesse sentido, entendemos que a palavra “convergência”, com minúscula na letra a), pode aparecer porque é vinculada a um dos projetos que temos na mesa: o fortalecimento do papel da ALADI na convergência ao mandato do secretário-geral de multiplicar esforços para que outros países sejam membros da ALADI e a convergência no âmbito da dimensão econômico-comercial da CELAC e do papel da ALADI.

Essa palavra, “convergência”, resultou na agenda que temos hoje neste projeto de resolução que ainda, como afirmava a Presidência, não temos considerado, mas que ajustamos dar-lhe um título nesta letra a) para contemplar este projeto de resolução e as outras resoluções. Por este motivo, a palavra “convergência” aparecia ao lado de “integração latino-americana”. Reitero que, quanto ao tema de documentos, nós

entendemos que, talvez, as palavras “projetos” ou “instrumentos” facilitariam um pouco mais a eventual aprovação deste projeto de resolução na sessão do Comitê.

Por último, nesta primeira intervenção, sobre uma questão de forma: está repetido o número quatro romano, ou seja, o último teria de ser o número quinto. Por enquanto, é somente isso. Obrigado, Presidência.

PRESIDENTE. Temos, novamente, a intervenção do Brasil. Depois, o México solicitou a palavra.

Delegação do BRASIL (Maria da Graça Nunes Carrion). Obrigada, senhora Presidente. Eu queria me referir à intervenção do meu colega da Delegação da Argentina sobre essa sugestão que ele deu de colocar “projetos”, “instrumentos” no final da agenda e, diante da necessidade de aprovar uma agenda, eu gostaria de recordar que as convocatórias do Conselho de Ministros de agosto de 2001 e de março de 2009 não incluem aprovação de documentos. Esse é o padrão que temos seguido na ALADI e ao qual damos preferência, que adotamos anteriormente. Obrigada.

PRESIDENTE. Delegação do México, por favor.

Representação do MÉXICO (Alejandro de la Peña Navarrete). Obrigado, Presidente. Primeiro, queria manifestar novamente o nosso agradecimento pela excelente tarefa que a senhora tem feito com apoio da Secretaria-Geral da ALADI. Segundo, quanto ao local, à data e ao horário da próxima reunião de Ministros, simplesmente queria deixar registrados nossos votos – não no sentido de votação, mas de desejos – de que a próxima Reunião do Conselho, não a deste ano, mas a seguinte, seja em nossa casa. Que tenha uma agenda atrativa o bastante para podermos fazer a reunião em nossa própria casa. Entendemos as circunstâncias atuais e aderimos a elas. Também, agradecemos a iniciativa do ministro Almagro de ter se oferecido para entrar em contato com aqueles países que não são membros da UNASUL para conseguir sua participação, o que, hoje em dia, não dispense no caso do México.

Com relação ao projeto de resolução, em geral no vejo problemas. Sou ciente e compartilho a importância de que esta reunião atinja um acordo para que a convocatória possa ser lançada imediatamente, incluindo um projeto de agenda provisional para os ministros.

Especificamente, quanto à linguagem, levando em consideração o mencionado pela embaixadora do Brasil e em menor medida pelos colegas da Argentina, talvez este ponto IV deveria referir-se a temas substantivos tratados na reunião, o que segue a lógica dos outros títulos que, ao final das contas, são apenas títulos: I. Da abertura do Conselho de Ministros; II. Da gestão institucional; III. Da designação do Secretário-Geral. Estamos basicamente descrevendo o conteúdo que terá esse ponto e são apenas títulos, não são pontos específicos da agenda. Talvez, seria mais pertinente algo mais geral, que permita não prejudicar o que os ministros, em sua sabedoria, decidem; algum título mais amplo, mais generoso, mais descritivo. Não teríamos nenhum problema com isso.

No que tange à letra a) deste romano IV: “Fortalecimento do papel da ALADI”, entendemos as ambiguidades que termos como “convergência” podem gerar, sobre de que tipo de convergência estamos falando, da Comissão de Avaliação de Convergência, da convergência como um conceito. Compartilhamos, nesse sentido, o referido pela embaixadora do Brasil: nós poderíamos viver tranquilamente sem esse

inciso porque sabemos que é “O” tema e, sobretudo, contando com a presença dos ministros, eu tinha chegado com a ideia de tratar de conciliar esta dúvida em torno de convergência, de integração, falando de articulação. É outro conceito mais amplo que convergência e integração e fica a ideia da direção, não do conteúdo, mas repito, posso viver sem a letra a), isso vai surgir.

Sobre a aprovação dos projetos, a palavra “projetos” é mais apropriada do que “documentos”. Inclui qualquer tipo de documento, mas o que sabemos com certeza é que são projetos, posto que ainda não foram aprovados pelos ministros. Não temos problemas com essa sugestão. Dá uma ideia do envio da convocatória, da agenda, de que se pretende aprovar certo tipo de instrumentos, projetos.

Poderíamos viver com ou sem isso, mas pensamos que se todos os demais títulos têm algum conteúdo, vale a pena fazer um esforço para que o ponto IV também tenha o mesmo conteúdo, embora seja puramente informativo, mas saber do que trata.

Não entendi bem o que mencionou a embaixadora do Brasil sobre a eventual constituição de um grupo de trabalho. Não entendo em que momento faríamos isso. Minha delegação tinha visto que, no processo, daqui à reunião do Conselho de Ministros trabalharíamos em Montevideu – Alternos, Comitê de Representantes – nos projetos de interesse dos membros da ALADI, de forma que no momento da reunião, que será muito curta, sejamos cientes de até onde conseguimos chegar em Montevideu e, caso haja um, dois, três pontos que realmente requeiram a consideração de nossos ministros, deixá-los abertos. Tomara que não aconteça porque a reunião será muito curta. Tenho muito interesse, portanto, em saber mais sobre este grupo – que seria um grupo de redação segundo a ideia da embaixadora do Brasil – em que momento começaria a funcionar, porque dificilmente um grupo possa chegar a uma conclusão em uma reunião de duas horas, em que muitos de nós teremos que atender aos nossos ministros. Fico um pouco nervosa.

Finalmente, quando falei das resoluções – que analisaremos na reunião de Alternos – não foi tanto pensando em resoluções alternativas, mas em resoluções temáticas independentes, não necessariamente alternativas de outros projetos que possam existir e que tenham de ser conciliadas de alguma forma; podem ser resoluções independentes uma de outra. A ideia é fazer uma resolução *ônibus*, com vários resolutivos e considerandos, não somos contra esta ideia quanto à estrutura da resolução, mas estudaremos isto mais detalhadamente na Reunião de Alternos. Obrigado, Presidente.

PRESIDENTE. Obrigada, Ministro, muito amável. A Representação do Brasil tem novamente o uso da palavra.

Delegação do BRASIL (Maria da Graça Nunes Carrion). Muito obrigada, Presidente. Queria esclarecer a questão do grupo de trabalho a que fez referência o embaixador do México. A ideia seria que o Comitê de Representantes criasse esse grupo de trabalho para operar num prazo determinado, com data de conclusão, para poder elevar os temas. Não seria agora, seria para poder fazer com muita reflexão e saber, exatamente, do que é que nós estamos falando. Sabemos perfeitamente, mas o nosso problema é que o tempo é escasso até a reunião de Ministros para poder analisar esses temas todos, que são todos importantes. Muito obrigada.

PRESIDENTE. Muito obrigada, Embaixadora. A Representação do Chile tem a palavra.

Representação do CHILE (Alex Rodrigo Chaparro Cavada). Obrigado, Presidente. Bom dia a todos os representantes, ao secretário-geral, aos subsecretários. Em nome da Representação do Chile, também queremos agradecer todas as gestões realizadas nestas últimas duas semanas para podermos levar adiante este Conselho de Ministros, que em três anos não temos tido oportunidade de fazê-lo.

Manifestamos nosso agradecimento por todas estas gestões. Indicamos que temos enviado ao nosso gabinete ministerial os documentos circulados e, lamentavelmente, até esse momento não temos nenhum pronunciamento a esse respeito. Entendemos, como representação, que se o chanceler vier é muito provável que participe deste Conselho.

Queremos solicitar que nesta reunião do Comitê de Representantes seja aprovada esta convocatória – para termos uma formalidade necessária – e manifestar que fique claramente estabelecido nesta convocatória, como está no Projeto de Resolução Nº 300, que a agenda a ser submetida é uma agenda de caráter provisional. Nós, como representação, não podemos manifestar que se trata de uma agenda definitiva pela situação que acabo de indicar. Queremos que fique estabelecido que se trata de uma agenda provisional quanto as eventuais resoluções, projetos, documentos, como quisermos nomeá-los.

Agradecemos, também, que os países que irão apresentar novos projetos, ainda desconhecidos, possam fazê-lo quanto antes, já que a data que está sendo considerada para o Conselho é muito próxima. Temos uma série de compromissos com nossas autoridades já estabelecidos previamente e não gostaríamos de adotar ou de resolver todo este tipo de projetos ou de propostas na mesma manhã do dia 21 de agosto. A nossa ideia é que isto possa ser resolvido com suficiente antecipação e, obviamente, estamos dispostos e faremos todo o esforço para trabalhar sobre aquilo que os países e, eventualmente nossa própria Chancelaria, possa propor para este Conselho de Ministros. Muito obrigado.

PRESIDENTE. A Argentina tem o uso da palavra. Depois a Colômbia e o Panamá.

Representação da ARGENTINA (Rubén Javier Ruffi). Obrigado, Presidente. Tentarei ser coerente com o a que Argentina falou nas duas reuniões de Alternos, principalmente porque depois temos uma Reunião de Alternos. Queria lembrar o roteiro que tivemos para alcançar o projeto de resolução que temos hoje e, principalmente, o que a Argentina falou nessas reuniões.

O ponto que tinha sido considerado como substancial no atual número IV – antes número III – dizia: “Fortalecimento do papel da ALADI na convergência latino-americana” e, nesse ponto, “Incorporação de novos países latino-americanos à ALADI” e “Papel da ALADI como pilar da integração econômico-comercial da CELAC”.

A Argentina propôs, na última Reunião de Alternos, que o título abrangesse os três pontos: “Fortalecimento do papel da ALADI na convergência latino-americana”; “Incorporação de novos países latino-americanos”; “Papel da ALADI na CELAC”.

Diferentes delegações assinalaram, não sobre este ponto, mas sobre outros, que era melhor não incluir temas tão específicos, mas propor uma definição geral. Por esse motivo, a letra a) ficou no documento que hoje temos na mesa, com a única ressalva de que algumas delegações não compartilhavam a palavra “convergência” e propunham “integração”. Foi até sugerido “convergência e integração”, que ficou pelo caminho, mas a convergência à que sempre se fazia menção dizia respeito ao projeto

de agenda anterior e ao projeto de resolução referido pela Argentina, relativo aos dois mandatos do secretário-geral. Apesar disso, a palavra “convergência” também está no próprio Tratado de Montevideu, nos *considerando*, quando diz “*dispostos a impulsionar o desenvolvimento de vínculos de solidariedade e cooperação com outros países e áreas de integração da América Latina, com o propósito de promover um processo convergente [...]*”, etc.

Claramente, entendemos que a palavra “convergência” com “c” minúscula não fazia referência a um âmbito institucional, da estrutura de órgãos da ALADI, como a Conferência de Avaliação e Convergência, mas que fazia referência a um conceito mais geral.

Explico isto porque esse era o motivo pelo qual tínhamos chegado ao ponto IV da agenda com essas duas letras. Nesse momento, a Argentina também propôs a possibilidade de eliminar a letra b) e de passar ao ponto final; onde dizia “Aprovação e assinatura da Ata” poderia dizer “Aprovação de projetos e assinatura da Ata da reunião”. Por quê? Porque a designação do secretário-geral antes estava dentro da agenda trienal, agora passou a um ponto separado porque várias delegações disseram que, dada a importância da designação do secretário, tinha que constituir um ponto individual na agenda. Como um projeto de resolução que certamente vamos aprovar é a designação do secretário, e agora tem um ponto individual, a Argentina propôs que, no último ponto, atual “V. Do encerramento da Sessão”, dissesse: “Aprovação de projetos (projetos, instrumentos, documentos, o que for) e assinatura da Ata da Reunião”. É verdade que em outras reuniões não há um ponto de aprovação de documentos, como também é verdade que não existe o agrupamento em blocos, como assinalou a presidente em sua intervenção. Mas considero que das intervenções das delegações tínhamos concluído que, devido a que tínhamos um Conselho de curta duração, a ideia de apresentar a agenda em quatro blocos servia para administrar o tempo: o primeiro bloco de 15 a 20 minutos e o segundo da mesma duração, e dispor de uma hora e meia para a parte substancial da agenda.

Também, apontou-se que a experiência e a prática da ALADI fazem que praticamente não haja debate sobre os textos dos projetos. Há aperfeiçoamento, ampliação, melhorias que os ministros introduzem após o debate e intercâmbio de opiniões na própria sessão do Conselho dos projetos de resolução, que este Comitê de Representantes vem trabalhando com normalidade nos meses prévios à realização do Conselho.

Sobre este ponto, a Argentina preferiria que, antes de criar um grupo de trabalho, continuássemos com o que já temos, que é a Reunião de Alternos. Os alternos começamos a trabalhar com o projeto de agenda e com a resolução que nos apresentou a Bolívia, e convimos que na sessão logo após este Comitê de Representantes, de Alternos, íamos trabalhar nos três projetos que hoje temos na mesa.

O México tinha apontado que ia trabalhar com apuro para não prejudicar a propriedade intelectual dos projetos já existentes, que ia melhorar este ponto. A Argentina assinalou que tinha um projeto, a declaração sobre as Malvinas, que tentaremos circulá-lo em breve em base ao assinalado pelo delegado do Chile.

De todos modos, quero adiantar que, certamente, será um texto de consenso por todos os nossos países, quer no âmbito da CELAC, quer na UNASUL ou no MERCOSUL, dependendo da conformação de cada âmbito, mas temos o texto da CELAC que, certamente, todos nossos países acompanharão como têm feito naquele fórum.

Para resumir, propomos manter o âmbito de trabalho existente (a Reunião de Alternos) e, quanto à agenda, eliminar a letra b) do ponto IV, dizendo ao final: “Aprovação de instrumentos e assinatura da Ata da Reunião”. O único risco que corremos com isto é que, em lugar de “instrumentos”, diga “instrumento”, na hipótese de que apenas a resolução do secretário-geral for aprovada. É pouco provável que isto aconteça, mas daria flexibilidade àqueles países que hoje em dia não estão em condições de saber se teremos mais de um documento para aprovação pelo Conselho de Ministros.

Obrigado, Presidente.

PRESIDENTE. O embaixador da Colômbia tem o uso da palavra, por favor.

Representação da COLÔMBIA (Alejandro Borda Rojas). Muito obrigado, senhora Presidente. Muita obrigado pelo completo e pontual relatório sobre a dinâmica em que desenvolveu sua gestão como presidente do nosso Comitê e como coordenadora do Grupo de Alternos.

Quero manifestar nosso agradecimento ao ministro das Relações Exteriores do Uruguai pelo ótimo recebimento da nossa proposta de fazer um espaço dia 21 para realizar nosso Conselho de Ministros. Estamos convencidos de que as gestões que prometeu o chanceler junto aos países não membros da UNASUL terão bom efeito e esperamos uma grande convocatória para a reunião do dia 21.

Também, nossa delegação transmitiu à Colômbia as diferentes instâncias pertinentes, os projetos de documento que nos apresentaram e, infelizmente – não sei se é por causa da copa do mundo, mas já não estamos sob o domínio da bola de futebol – não temos ainda uma resposta e um *feedback* apropriado de nossa capital, estamos aguardando instruções precisas sobre os diversos temas.

Vemos com interesse o projeto de resolução que temos junto a nós. Recebemos com interesse os comentários de nossa distinta colega do Brasil sobre a importância do tema que está sobre a mesa: fortalecimento do papel da ALADI em convergência, integração ou, como disse nosso colega mexicano, articulação dos diferentes âmbitos que encontramos na América, em nossa região. É um tema fundamental que requer debate porque o que caracteriza um organismo internacional como a ALADI é o debate.

É um debate que deve acontecer não apenas na esfera técnica, como salientou nossa colega do Brasil, mas também no âmbito político, de forma democrática, como no cenário que temos aqui, o Comitê. É, portanto, muito apropriado e recebemos com atenção a proposta de que, ora mediante um grupo especial novo que os ministros decidirem constituir, ora mediante a continuidade da Reunião de Alternos, ganhe destaque a discussão técnica e política desses cenários de convergência, de articulação, de integração, etc., e também com relação ao que vem acontecendo. É uma boa proposta que passaremos aos ministros para sua decisão.

Neste sentido, seria necessário refletir sobre uma alteração do título do ponto IV, e falar de forma geral da agenda da ALADI em função do que eventualmente venha a ser discutido neste grupo de trabalho e em outras instâncias.

Quanto à aprovação dos documentos, todos os países temos a possibilidade de apresentar propostas. A Colômbia não descarta a possibilidade de apresentar alguma proposta ou algum projeto de resolução. Isto não está à consideração de capital, mas

consideramos que – apesar de que não conheço exatamente os mecanismos de funcionamento do Conselho de Ministros – seria importante chegar com documentos de consenso para eles terem tempo, nesse brevíssimo espaço de duas horas, de concretizar as decisões. Estes são meus comentários. Muito obrigado, senhora Presidente.

PRESIDENTE. Muito obrigada, Embaixador. Muito amável. Por favor, tem o uso da palavra a embaixadora do Panamá, Digna Donado.

Representação do PANAMÁ (Digna M. Donado). Antes de tudo, queria somar-me aos parabéns pela forma em que tem desenvolvido todas estas discussões, pelo avanço e a prontidão na realização dos trabalhos. O seu apoio foi notável.

Eu não sabia que a senhora estava se reunindo com os alternos. Os representantes nunca entramos nas discussões dos alternos. De certa forma, eu fico sabendo, mas não participo. De agora em diante, participarei.

Resta informar que, como todos sabem, em meu país o governo mudou; portanto, temos uma ministra nova. A nova ministra foi informada permanentemente de todos os documentos que surgiram do Comitê e que foram enviados como projetos de resolução. Criou-se um grupo técnico que está analisando isto, mas ainda não recebemos de capital nenhuma resposta concreta sobre estes temas. Também não sabemos com certeza se ela comparecerá à Reunião de Ministros. Estamos tentando fazer pressão para que compareça, mas a decisão não é nossa.

Sobre esse mesmo documento, queria fazer referência ao ponto IV, ao título, que fala de trienal 2014-2017 e da visão da ALADI. Falar de trienal é enquadrar, de maneira terminante, os projetos que a ALADI puder desenvolver. Em “trienal” podem ser incluídos os projetos que tiverem uma sequência, não terminados, que não tiverem necessariamente uma terminação e que forem substituídos por outros em outros termos.

Quanto à visão, no TM80 a visão da ALADI é clara. Não temos por que iniciar uma nova visão quando já temos uma. Esse título deveria ser revisitado em próximas reuniões da ALADI.

Quanto ao termo a) “Fortalecimento do papel da ALADI na convergência” e quanto à articulação, concordo com o representante do México e com a Colômbia em que, em lugar de “convergência”, deveríamos considerar a palavra “articulação”. Quanto ao ponto b), também concordo com o representante da Argentina em que deveríamos eliminar a palavra “documentos” e falar de “projetos”. O leque de possibilidades do que poderíamos estabelecer seria mais amplo; não estamos nomeando o ponto.

Sobre o ponto V, no encerramento da sessão, também concordo com meus colegas com relação à parte b). Onde diz “aprovação” seria conveniente acrescentar “dos instrumentos”, ou seja, não os deixar isolados, para saber o que estamos aprovando. Creio que isso ficou estabelecido pela Argentina na reunião prévia de alternos. Gostaria de analisá-lo com mais detalhe para poder discuti-lo na Reunião de Alternos que temos agora depois. Gostaria de discutir mais com os senhores o papel da ALADI na CELAC como pilar da CELAC. Considero, e sempre considere, que a ALADI é uma organização independente, que pode coadjuvar a CELAC, não somos uma porção da CELAC, somos ALADI, não CELAC. Convergimos com ela, mas não somos parte dela.

Talvez muitos não concordem comigo, mas minha forma de pensar é que estamos em um âmbito democrático, portanto, todos temos direito a opinar. Contudo, estou à espera do que capital possa me mandar transmitir. Estou especialmente ansiosa pela confirmação da presença da chanceler e espero que o grupo de técnicos que eles conformaram nos ajude a esclarecer certos aspectos desta resolução. Como já disseram, de alguma maneira está sendo proposto que a resolução seja uma agenda de tempo provisional, pode mudar e podemos continuar discutindo nas Reuniões de Alternos posteriores. Muito obrigada.

PRESIDENTE. Obrigada, Embaixadora. A Venezuela tem o uso da palavra. Embaixadora Isabel. Muito obrigada.

Representação da VENEZUELA (Isabel Cristina Delgado Arria). Bom dia, representantes da ALADI, secretário-geral, Presidência. Primeiramente, quero agradecer pela ativa tarefa da Presidência e da Secretaria da ALADI para o desenvolvimento desta reunião, que para todos é um desafio, e também pelo relatório.

A Venezuela considera importante a aprovação da agenda. A reunião está muito próxima. A convocatória tem de ser aprovada hoje. Esta agenda provisional é uma excelente proposta. Felicitamos os alternos pelo esforço realizado e acreditamos que temos a capacidade de aprová-la.

Quanto ao título, em romano IV, o tema da convergência e da integração latino-americana é uma discussão muito vívida na Venezuela. O tema da convergência é muito profundo. Parabenizamos o Brasil pela proposta de abordar esse tema como uma reflexão mais profunda e, já que a integração é um processo vivo na América Latina, ativo, em plena criação, nós temos sido contra os processos de convergência, de união de processos de integração. Acreditamos em que é um processo vivo, talvez seria mais interessante utilizar a palavra “articulação”, a mesma palavra “integração” ou “união” da América Latina, mas é importantíssimo que o fortalecimento do papel da ALADI neste processo for incluído na agenda, seja como for, com a palavra que escolhermos. É o tema substantivo da agenda provisional e, portanto, é muito importante, inclusive para esta tarefa de convocatória e de conquista de nossas capitais para a assistência a esta reunião, o papel que a ALADI possa ter no desenvolvimento deste processo.

Também consideramos fantástica a proposta da Argentina, que, no que tange à consideração da aprovação dos documentos na forma em que os apresentou, possibilita os nossos tomadores de decisões a não sentirem o dever de aprovar documentos que ainda não terminamos de acordar entre nós, mas dá a oportunidade – que é o que todos queremos – de ter os documentos prontos para que eles possam aprová-los. Desta forma, contribuimos para o desenvolvimento de nosso trabalho no sentido de termos diretrizes claras para poder trabalhar. Muito obrigada.

PRESIDENTE. Obrigada, Embaixadora, muito amável. O Paraguai tem o uso da palavra, por favor.

Representação do PARAGUAI (Miguel Ángel López Arzamendia). Obrigado. Em primeiro lugar, queria parabenizar a Presidência pelas gestões e por todo o trabalho realizado com o eficiente apoio da Secretaria-Geral.

Como muitas delegações, nós também enviamos estes documentos a capital, mas, lamentavelmente, ainda não temos resposta. Não posso, então, me pronunciar definitivamente sobre estes temas.

Porém, gostaria de fazer alguns comentários. No que diz respeito à proposta de agenda, no ponto IV não temos nenhum inconveniente em que o tema seja “Da agenda Trienal 2014-2017” e em que não tenha subitens, como também não os tem o ponto III, por motivos óbvios. Também, que os chanceleres tenham a liberdade de abordar todos os temas que considerarem convenientes, independentemente de que neste âmbito possamos sugerir um programa sobre temas que sejam de interesse dos países, mas levando em consideração que o tempo disponível é realmente muito curto. No ponto V, nós não temos inconvenientes em que o ponto b) desapareça, pois consideramos que a assinatura da Ata é uma questão formal e lógica do encerramento da reunião.

No que concerne ao grupo de trabalho que a Delegação do Brasil tinha sugerido, consideramos que a Reunião de Alternos seria o âmbito apropriado para abordar todos estes temas. Obrigada, Presidente.

PRESIDENTE. Muito obrigada. O Uruguai tem o uso da palavra. Por favor, Embaixador.

Representação do URUGUAI (Juan Alejandro Mernies Falcone). Obrigado, Presidente. Bom dia a todos os colegas representantes, secretário-geral e subsecretários.

Antes de mais nada, também adiro à satisfação trazida pelas tarefas da Presidência e creio que avançamos muito desde a última reunião. Temos uma data, temos a aquiescência do país – no que me concerne – quanto a fixar uma reunião do Conselho de Ministros da ALADI dentro do âmbito e na agenda já prevista e desenhada para a Cúpula da UNASUL. Creio que são elementos importantes que temos e merecemos os parabéns por termos chegado a este ponto. É isso o mais importante. Agradeço as manifestações dos colegas sobre a disposição e as gestões do meu chanceler.

Sobre o que temos hoje, coincido com o manifestado por algumas representações em que é muito importante aprovar este projeto, se possível, no dia de hoje, estando todos de acordo obviamente, valha a redundância. Faltando pouco tempo para a reunião, seria importante avançar quanto antes na convocatória e numa agenda entendida, como apontado por algumas delegações, como provisional até o momento de sua aprovação no próprio Conselho de Ministros.

Temos mais duas propostas sobre a mesa. Uma é a proposta da Delegação do Brasil sobre a criação do grupo de trabalho para discutir o tema da convergência – com minúscula, não da Conferência de Convergência – creio que isso ficou claro – e da integração. Concordamos com essa proposta. Se entendi direito, seria um grupo criado pelo Comitê de Representantes que começaria a funcionar independentemente da realização do Conselho de Ministros, um âmbito de reflexão em que todos os países poderíamos começar a conversar de novo, incluindo o caráter de Conferência de Convergência que creio que está em intervalo. (Não sei se eu estava presente, sou novo nestes trabalhos). Poder-se-ia conversar sobre este e outros temas.

A segunda proposta é a proposta da Delegação da Argentina de modificar este projeto de resolução. Para organizar o trabalho, seria positivo termos a proposta escrita para analisá-la melhor.

Em princípio, eu concordaria com a mudança do ponto b) para o ponto V, como várias delegações já manifestaram. Temos o tema do título que assinala a representante do Panamá. Se bem ela envia o tema para discussão na Reunião de

Alternos, a agenda é provisional, pode mudar, inclusive o título. O melhor seria aprovarmos agora um documento e que, pelo menos, não houvesse mudanças no título, mas isso pode ser tratado na Reunião de Alternos.

No que diz respeito à disjuntiva entre “convergência” e “integração”, como assinalado por várias delegações, ambos os termos estão no TM80. Uma disjuntiva entre os dois poderia ser uma longa discussão. Também não temos problemas com o termo “articulação”. É um termo menos usado no TM80, mas também poderíamos incorporá-lo. Reitero que o importante seria ter um texto por escrito que reunisse a proposta argentina e os comentários, continuar avançando e, se possível, aprová-lo no dia de hoje. Se não, deveríamos ter uma reunião extraordinária em breve, a fim de continuar avançando. Obrigado, Presidente.

PRESIDENTE. Obrigada, Embaixador. O embaixador da Bolívia tem o uso da palavra.

Representação da BOLÍVIA (Benjamín Blanco Ferri). Muito obrigado, Presidente. Somo-me aos parabéns e agradeço pelo trabalho da Presidência e da Secretaria para termos hoje esta agenda e, especialmente, pela confirmação da data.

Tinha simplesmente uma proposta. Revisando outras atas vi que no ponto IV é onde temos o problema e seria importante assinalar que se trata do espaço que os senhores ministros terão para fazer suas intervenções. Em outras convocatórias, diz: “Intervenções dos senhores Ministros”. Talvez, poderíamos ajustam um pouco o título e, simplesmente, deixá-lo como “Agenda estratégica da ALADI”, algo muito geral que incluir convergência, integração, papel da CELAC, e poderíamos incluir um subitem: “Intervenções dos senhores Ministros”. Deixaríamos os senhores ministros definirem quais os temas aos que querem fazer referência na agenda estratégica da ALADI, que considero é o mandado que queremos receber deles.

Assim, simplificariamos um pouco o trabalho e poderíamos aprovar agora uma agenda sem delimitar tanto se queremos que os ministros falem de convergência ou de integração. Esse não é o ponto. Simplesmente, deveríamos deixar no ponto IV um subitem que disser “Intervenções dos senhores Ministros”. E levando em conta a sugestão da proposta da Argentina, no último ponto, no ponto b), deixaríamos como nas outras convocatórias: “Aprovação das resoluções, declarações e Assinatura da ata” e se chegarmos a ter resoluções, que certamente as teremos, poderíamos incluí-las no dia da reunião.

Esta é uma agenda provisional. Colocamos a lista de resoluções e vamos vendo que resoluções iremos adotar, se será somente uma ou várias, mas, por enquanto, para poder aprovar a agenda, a sugestão seria esta: que o título do ponto IV seja muito mais geral do que o atual, sem limitá-lo a três anos. Talvez, simplesmente: “Agenda estratégica da ALADI nos próximos anos” e um subponto que disser: “Intervenções dos senhores Ministros”, e deixar o tema das resoluções ao final. Obrigado, Presidente.

PRESIDENTE. Muito obrigada, Embaixador. O Peru tem o uso da palavra. Ministra, por favor.

Representação do PERU (María de Fátima Trigoso Sakuma). Muito obrigada, senhora Presidente. Em primeiro lugar, eu gostaria de saudar o relatório que a senhora apresentou ao início desta sessão, como fizeram as delegações que me precederam no uso da palavra. O documento apresenta não apenas a trajetória realizada tanto no Comitê de Representantes quanto no grupo de alternos na

elaboração desta XVII Reunião do Conselho de Ministros, mas também a urgência de que no dia de hoje possamos aprovar tanto a convocatória quanto a agenda provisional desta Reunião de Ministros. Neste sentido, permito-me convidar as delegações para fazer todos os esforços necessários para que no dia de hoje possamos concluir estes trabalhos.

Com relação ao projeto de resolução, a minha delegação gostaria de referir-se a dois pontos.

Em primeiro lugar, ao parágrafo IV: “Fortalecimento do papel da ALADI na convergência/integração latino-americana”. Do ponto de vista de minha delegação, seria conveniente manter somente o termo “integração”, porque faz referência mais direta à natureza da ALADI. Vimos que o termo “convergência”, se bem para algumas delegações poderia ser muito conveniente, ao mesmo tempo abre um debate, abre a possibilidade de conformar um grupo de trabalho, para que o tema seja tratado no Grupo de Alternos. Porém, se mantivermos o tema somente como “integração”, o termo “integração” poderia abranger facilmente a convergência, evitando uma série de complicações como as que já mencionei.

Em segundo lugar, gostaria de referir-me à proposta enunciada pela Argentina. Também, consideramos conveniente substituir o termo “documentos” pelo termo “instrumentos” de forma tal que, ao momento em que este ponto da agenda for aprovado, possamos, graças ao termo “instrumentos”, envolver não apenas os projetos de resolução, mas também declarações ou alguns outros documentos ou textos que tiverem que ser aprovados no decorrer da sessão do Conselho de Ministros. Muito obrigada.

PRESIDENTE. Muito obrigada, ministra Trigoso. O ministro Ruffi, da Representação da Argentina, tem a palavra.

Representação da ARGENTINA (Rubén Javier Ruffi). Obrigado, Presidente. Em primeiro lugar, peço desculpas por intervir novamente sobre alguns pontos, mas considero oportuno verificar algumas questões com base ao debate que estamos tendo esta manhã.

Em primeiro lugar, quero lembrar que dia 3 de julho tivemos uma reunião do Comitê de Representantes em que foi estabelecida a necessidade de acelerar os tempos para contar com um Conselho de Ministros da ALADI. Rapidamente, esse mesmo dia a Presidência e a Secretaria-Geral enviaram nota ao chanceler Almagro. Dias depois, a reunião foi concretizada. Tivemos duas reuniões no âmbito de alternos e, realmente, deixar passar o dia de hoje sem aprovar uma resolução do Comitê de Representantes para convocar à Reunião do Conselho, faltando menos de um mês, para nós não seria um bom sinal. Não é bom não podermos chegar a um acordo neste Comitê de Representantes, órgão político permanente da ALADI, para aprovar algo que teria que ser rápido como é uma convocatória a uma reunião e a um projeto de agenda provisional.

Quero esclarecer que o artigo segundo do projeto de resolução que temos na mesa diz que é uma agenda provisional, não há dúvidas de que isto pode ser modificado, ampliado, aperfeiçoado no mês que ainda temos pela frente. Acredito, sim, que a oportunidade para aprovar esta resolução tem que ser hoje, porque, além do que significa a mecânica normal da ALADI, temos a proposta do chanceler Almagro de fazer gestões com os outros três países para comparecerem. É necessário um tempo substancial para que a gestão possa ser feita.

Nós entendemos que o artigo primeiro é claro, é aprovar a convocatória, temos a data, o lugar, creio que temos uma oportunidade que não pode ser desaproveitada. Quanto à agenda provisional, o artigo segundo, a ideia é, de certa forma, dar uma mensagem, como assinali em minha intervenção anterior, de que havia pontos substanciais.

Na primeira proposta apresentada pela Presidência e pela Secretaria-Geral recolhe-se a prática de como foram as agendas provisionais dos Conselhos anteriores: havia dez pontos. Em uma reunião que ia ter uma duração de duas horas, falar de dez pontos significava que o tempo para os ministros não seria suficiente. Por tal motivo, decidiu-se agrupá-la em quatro blocos, que acabaram sendo cinco, porque foi retirada do bloco IV a designação do Secretário-Geral que, por ser o ponto substancial, passou a constituir ponto individual.

Esse era o motivo de termos o ponto IV: a agenda substancial da reunião do Conselho. Primeiro, foi chamada de “Agenda Estratégica”. O termo “trienal” estava incluído porque era o período de duração do mandato do Secretário-Geral. Primeiro, falou-se de quinquenal, corretamente entre o México e a Bolívia. Apontou-se que o período que deveria ser refletido era trienal para relacioná-lo ao mandato do Secretário-Geral.

Também, acordou-se “visão estratégica da ALADI”. A palavra “estratégica” decorria de um dos projetos que nos tinha sido apresentado sobre diretrizes estratégicas da ALADI. Como não se sabia – ou não se sabe – se essa resolução de diretrizes estratégicas ia ser aprovada, tomou-se dali a palavra “diretrizes”. Novamente, a Bolívia propõe tomar esta palavra e colocá-la no título – tinha sido adotada e retirada depois – e que estava vinculada ao projeto que nos tinham enviado sobre diretrizes.

Também, gostaria de mencionar outro assunto baseado em uma consulta da Representação do Panamá. A resolução sobre o fortalecimento do papel da ALADI na CELAC não é uma resolução da Argentina. Sabemos bem que são dois âmbitos diferentes, mas a ALADI tem um papel importante na dimensão econômica e comercial da CELAC, e o projeto não é nosso. Nós entendíamos que era importante e, aliás, tinha dois pontos: um, sobre a inclusão de novos países à ALADI; outro, sobre o papel da ALADI na CELAC. Na Argentina afirmamos que para nós o mais importante era, em primeiro lugar, colocar o tema da ampliação da ALADI porque é o nosso fórum; e em segundo lugar, falar de fortalecer o papel da CELAC, que já tem mandados na área da CELAC e da própria ALADI para fortalecer esse papel. Queríamos, então, esclarecer isso.

O último ponto que gostaríamos de reafirmar diz respeito ao âmbito em que teremos que trabalhar. À diferença de outros âmbitos, por falar na CELAC ou na UNASUL, temos um Comitê de Representantes permanente, com sede permanente. Nós podemos reunir um intervalo durante toda a semana. Consideramos que conformar um grupo de reflexão ou de redação que se reunir uma ou duas vezes de forma prévia ao Conselho, por um lado enfraquece o papel do Comitê de Representantes como âmbito político e permanente da ALADI e, por outro, considerando o pouco tempo que temos, não consideramos fatível uma reunião de algum grupo prévia ao Conselho. Se considerarmos que no dia anterior a 21 de agosto, no caso dos países da UNASUL, teremos a reunião do Conselho de Delegados e Delegadas, será muito difícil termos um grupo de reflexão conformado por pessoas vindas das capitais mais os que estamos aqui presentes. Em nossa opinião, o melhor âmbito para fazer essa reflexão sobre a convergência e para analisar esses projetos de resolução tem de ser o Comitê. Se não for o próprio Comitê,

que é um grupo de trabalho, será um grupo de trabalho técnico e não político; portanto, não haverá reflexão política, mas técnica. Se esse for o caso, continuemos então com os alternos. A ideia de mandado que recebemos do Comitê dia 3 de julho era analisar os projetos de resolução que hoje temos na mesa e aqueles que algum outro país apresentar daqui ao dia 21, obviamente como assinalava o Chile, quanto antes.

Peço desculpas por ter reiterado certos pontos, mas era necessário reafirmar qual a posição que a Argentina tinha mantido nas reuniões prévias e no decorrer da manhã. Obrigado, Presidente.

PRESIDENTE. Obrigada, ministro Ruffi. A Delegação do México tem o uso da palavra. Ministro, por favor.

Representação do MÉXICO (Alejandro de la Peña Navarrete). Obrigado, senhora Presidente. Como reação às outras intervenções, e para poder avançar no assunto do grupo de trabalho ou de alternos, preferiríamos continuar com o processo dentro dos alternos, ou seja, do Comitê de Representantes. Falo isto porque creio que o exercício que estamos fazendo nestes dois canais, primeiro, os institucionais e, segundo, porque creio entender que a ideia mencionada pela embaixadora do Brasil sobre o grupo de trabalho está intimamente associada à questão da convergência, que, com toda a razão, está se perguntando de que convergência estamos falando.

Quando eu falo do Grupo de Alternos para reportar ao Comitê de Representantes, estou pensando na organização geral do trabalho preparatório para o Conselho de Ministros. Nesse sentido, pelo menos para essa parte, nós preferiríamos continuar com o Grupo de Alternos, ou seja, com o CORE.

A segunda reação, quanto ao título do romano IV, pensamos que poderia ser: “Da agenda da ALADI”. Não prejudicamos nem quanto ao tempo, nem se é estratégica nem se é uma visão que já temos consolidada e claramente estabelecida no TM80, somente “Da agenda da ALADI”. Não sabemos do que os ministros querem falar. Talvez falem somente de um tema, ou de dois ou três, isso sim cabe no título: “Da agenda da ALADI”.

A terceira reação é que eu retomaria a proposta do embaixador da Bolívia. É muito interessante e prático termos um item dentro do ponto IV que mencione intervenções dos ministros. Somente acrescentaria – porque é melhor prevenir do que remediar – “dos Ministros e Chefes de Delegação”, na hipótese de algum ministro não comparecer.

Para salvar o atual romano IV. a), poderíamos falar em fortalecimento do papel da ALADI na integração latino-americana. Não há dúvidas de que todos queremos fortalecer a ALADI. Se não fosse assim, não estaríamos aqui. A integração é o conceito geral que envolve os restantes conceitos, ora “articulação”, ora “convergência”, mas todos dentro da “integração”. Se não fizerem parte da integração, podemos dispensá-los. Talvez, essa redação mais confortável, mais segura, possa nos ajudar a encontrar uma solução.

Também, no sentido de “comprar” a ideia da Argentina – ainda não chegamos à EXPO ALADI e eu já estou falando em compras – no item b), do atual ponto V, falar de aprovação dos instrumentos submetidos à consideração do Conselho de Ministros e assinatura da ata da reunião.

Um elemento novo com relação ao projeto de resolução: nos *considerandos*, afirma-se que é necessário avaliar o avanço do processo de integração latino-americana, mas em todas nossas discussões nunca falamos de avaliação. “*Reiterando a importância de continuar avançando no processo de integração latino-americana*”, a menos que queiramos fazer uma avaliação, para quê incluir o termo “avaliação”? Só nos confunde. Obrigado, Presidente.

PRESIDENTE. Muito obrigada, Ministro. Eu também gostaria de fazer uso da palavra, mas está primeiro a Delegação do Brasil.

Representação do BRASIL (Maria da Graça Nunes Carrion). Muito obrigada, Presidente. Em relação a diversas intervenções – e agora tendo em vista que foi o Brasil que trouxe à mesa a palavra “convergência”, convergência com minúscula – eu gostaria de ter uma reação a respeito dessas intervenções.

Por exemplo, nós poderíamos conviver com a proposta da Bolívia de ter uma agenda estratégica da ALADI e depois a intervenção dos ministros. Também, poderíamos conviver com a proposta do México, que fala em agenda da ALADI e ponto. E também, embora eu prefira não fazer referência aos documentos e à aprovação de documentos, poderia conviver com as intervenções do Peru e da Argentina sobre instrumentos, apesar de que para mim tudo é mais ou menos a mesma coisa.

Queria, mais uma vez, recordar as convocatórias dos Conselhos de Ministros anteriores, que não mencionam nada disso, nenhuma aprovação, seja de documentos, seja de declaração ou instrumentos, mas que, no entanto, aprovaram instrumentos de resoluções.

A reunião de 2009 aprovou nove resoluções, nove projetos, e não havia esse assunto na agenda, de modo que eu também não vejo por que incluir isso se em nossa própria tradição nós já temos um modelo de convocação que não o inclui, não causa tantas discussões e que permite, sim, que se apresentem as declarações e os documentos, afinal, eles são ministros, mas que nos dê um tempo para refletir sobre o que eles vão apresentar. Uma coisa é, por exemplo, um país fazer uma declaração sobre um assunto de seu interesse que já é consensuado; outra coisa é uma novidade. Temos que refletir. Como costumamos dizer, de brincadeira, *no funny ideas*. Há que pensar, que refletir, mas eu posso conviver com essas três, quatro propostas.

Eu queria sugerir se se pudesse colocar na tela para vermos como é o texto.

PRESIDENTE. Muito obrigada, Embaixadora. Venezuela, muito obrigada, Isabel Delgado.

Representação da VENEZUELA (Isabel Cristina Delgado Arria). Muito obrigada, Presidência. Somente queria insistir no caráter substantivo da proposta do romano IV, sobre a importância de que, seja qual for a solução que encontrarmos, não ignoremos a parte substantiva deste ponto da agenda. Poderíamos perfeitamente aceitar a proposta da Bolívia de “agenda estratégica”, mas apenas como “agenda” sentimos que não estamos oferecendo muita informação às capitais. Uma agenda pode ser uma agenda de curto prazo, tática, mas estratégica da visão de longo prazo, da visão que nós estamos trabalhando no âmbito da ALADI para este organismo fazer parte de um aspecto substantivo da integração latino-americana, protagônico, e também pelo apoio que possa prestar a outros processos de integração latino-americanos ou no processo de convergência, articulação ou união de processos da América Latina e o Caribe.

Se sacrificamos o fortalecimento do papel da ALADI na integração latino-americana ou, inclusive, se o deixamos, se sacrificamos a visão da ALADI apresentada no ponto IV, necessariamente temos que outorgar à agenda o qualificativo de estratégica. Muito obrigada.

PRESIDENTE. Muito obrigada. Já escutamos doze delegações. Gostaria de fazer alguns comentários como primeiro olhar global do que, considero, poderíamos resolver.

Primeiro: gostaria de invocar o CORE em seu conjunto: representantes, embaixadores, alternos, representantes em geral. Gostaria de instá-los a concluirmos esta sessão com uma agenda aprovada. Sobram palavras e motivações para termos clara a prioridade de estabelecer uma agenda porque somente o CORE, com uma agenda, pode convocar o Conselho de Ministros. Também, reiteramos nosso agradecimento a sua excelência, o chanceler Almagro, que fizemos na sexta-feira (11). Abriu-se uma porta de entrada, mas está paralisada enquanto o CORE não aprovar uma convocatória. Não é o chanceler Almagro quem convoca o Conselho de Ministros da ALADI, é o CORE. Por isto, faço questão de atingirmos um consenso quanto à agenda do dia de hoje.

Muitos intervieram no assunto dos prazos, na necessidade de cumprir com eles e, efetivamente, no mandado trienal que essa instituição tem. Quando o termo foi utilizado, a intenção não era diminuir a visão que o TM80 outorga à ALADI, mas estabelecer o mandado preciso e imediato da nova eleição e do novo período, sem por isso suspender a visão estratégica. Esse tema foi muito discutido nas duas Reuniões de Alternos, que foram presididas por mim porque nossa ministra conselheira estava no estrangeiro e está voltando no dia de hoje. Eu também assumi a coordenação de alternos. Tivemos o trabalho com os alternos de maneira regular, justamente por causa da premência da necessidade.

Segundo: fica claro que a proposta feita pela embaixadora do Brasil sobre a criação de um grupo de trabalho não está sendo sugerida para ser incorporada à agenda. Pode ser o resultado de uma resolução, de uma declaração, de um mandado outorgado ao CORE que, efetivamente, poderá trabalhar a convergência, a Conferência de Avaliação e Convergência. A sugestão é correta. Posto que é um ponto fundamental do debate, não está sendo proposto para ser incorporado à agenda como mais um ponto, se efetivamente é para que seja um ponto tratado e que este ponto, dependendo de seu debate, possa concluir ou não com a proposta da constituição de um grupo de trabalho, cujo mandado será atribuído ao CORE. Seria ideal que, mediante resolução, o próprio Conselho de Ministros outorgue esse mandado ao Comitê de Representantes da ALADI.

Com relação à proposta que temos hoje: a declaração sobre as Malvinas – tivemos Reuniões de Alternos, mas só hoje sabemos que se trata das Malvinas – serão bem-vindas as declarações da Argentina, bem como as declarações, resoluções ou propostas que a Colômbia ou que qualquer outro país possa nos anunciar. Estamos abertos a receber o conjunto de declarações ou propostas. Porém, esses temas – a constituição de um grupo de trabalho, a declaração sobre as Malvinas ou outras declarações – não são o ponto que estamos abordando hoje, já que devemos aprovar propriamente uma agenda ainda hoje. Precisamos organizar o que estamos discutindo.

Terceiro: Sem dúvidas, o que estamos observando sobre a convocatória é estritamente o ponto IV em romanos. Não tínhamos observado o que apontou o ministro do México, no sentido de que é necessário avançar no processo de

integração latino-americana e não avaliar o avanço. Isso fica corrigido, é um erro sintático da formulação desse *considerando*.

Contudo, o centro do debate é o romano IV. Considera-se de forma importante e, entrando ao tema de fundo, a agenda “propriamente” e não os outros aspectos abordados, que, certamente serão parte do Conselho de Ministros, mas não constituem “propriamente” a agenda que gostaríamos de aprovar hoje. Temos claro que a agenda é provisional. Em todas as Reuniões de Alternos que tivermos, a agenda continuará a ser provisional porque, se lermos a agenda que será apresentada ao Conselho de Ministros, no ponto I.b) sobre abertura, são os ministros os que aprovam a agenda. O que nós enviamos até o final é uma agenda provisional.

Quarto: no ponto IV, há diferentes interpretações sobre cada palavra. Podemos falar da “Convergência” ou da “convergência”, mas a realidade é que o referido termo abre certamente um debate e pode estabelecer um mandado decorrente ou não do Conselho de Ministros e do CORE.

Quanto a esta palavra, alguns sugerem escrevê-la em minúscula, ratificando-a. Outros, não a ratificam porque consideram que não há consenso. Alguns propõem “integração”; outros, “articulação”; ou bem “união latino-americana”. Portanto, não temos consenso final porque esta Presidência, de forma alguma, submeterá à votação a palavra que deve ser consignada. O que estou tentando fazer é que nos aproximemos a um consenso.

Há agendas provisionais que são enviadas de forma genérica, mas outras são enviadas de forma específica, colocando: “aprovação de resoluções”. Eu tenho os arquivos e os documentos de outros Conselhos de Ministros que fundamentam isto.

Eu sugiro o seguinte: que os pontos a) e b) do ponto IV em romanos seja intitulado: “Consideração dos projetos submetidos à aprovação do Conselho de Ministros”, como foi redigido na agenda provisional do XV Conselho de Ministros. Isto é: “Consideração dos projetos submetidos à aprovação do Conselho”, não documentos, que era uma palavra que se observava em substituição dos pontos a) e b) e, obviamente, no fecho da sessão sugeriríamos: “Aprovação de instrumentos”, entendendo por “instrumentos”, entre parênteses, “declarações e/ou resoluções” e “Assinatura da ata da reunião”. Sugeriríamos isso como forma de buscar um consenso do que, até este momento, não temos conseguido com relação ao conteúdo do ponto IV. Talvez, poderíamos projetá-lo na tela para ver qual seria a modificação.

Quanto à modificação do título do ponto IV, já era consenso. Porém, há delegações que sugerem alterações. Atendendo às novas sugestões, alguns propõem continuar com o texto original. Estabeleceu-se “Da agenda estratégica da ALADI” e não “Agenda trienal” porque o mandado da nova eleição das autoridades é trienal. Estabeleceu-se “A visão da ALADI”, que não prejudicava, contrapunha ou contradizia o TM80. Foi ratificado nesse sentido.

Nas duas Reuniões de Alternos acordamos um texto comum. Porém, eu não tenho inconveniente em submeter à consideração a modificação que façamos, única, desta proposta no ponto IV: “Da agenda estratégica da ALADI”, que esse seja o título geral e, no interior, como ponto a), e único ponto, como no XV Conselho de Ministros, consignar: “Consideração dos projetos submetidos à aprovação do Conselho de Ministros”. O evento se chama Conselho de Ministros, embora compareçam plenipotenciários sem cargo de ministros. A denominação é Conselho de Ministros.

O ponto V ficaria: "Aprovação de instrumentos e assinatura da ata da reunião". Essas seriam as modificações.

Entendemos que poderíamos avançar na terceira Reunião de Alternos sobre o conteúdo das resoluções do conjunto de materiais que foram submetidos à consideração. Quando a agenda final for submetida ao Conselho de Ministros, dia 21 de agosto, será exposto o conjunto de resoluções e/ou declarações que os ministros deverão aprovar com o título de cada declaração, entendendo que faríamos um trabalho para acordar o conjunto desses materiais, que foram colocados à consideração desde a terça-feira e, no dia de hoje, logo após a reunião ordinária do CORE, em uma terceira Sessão de Alternos. Na tela, temos a proposta, que seria: "Da agenda estratégica da ALADI" e, em genérico, como ponto a), como está redigido no XV Conselho de Ministros, "Consideração dos projetos submetidos à aprovação do Conselho de Ministros". Evitamos discutir a convergência, a integração, a articulação e a unidade do fortalecimento, que serão detalhadas nas resoluções que forem surgindo com os títulos correspondentes a essas resoluções. No encerramento da sessão, estabeleceríamos: "Aprovação de instrumentos e assinatura da ata da reunião".

Essa é a proposta que submeto à consideração das senhoras e dos senhores representantes aqui presentes, tentando poder, de consenso, encerrar esta sessão aprovando uma agenda provisional de caráter geral. Mais geral do que essa apresentação, salvo sempre melhores sugestões ou demais opiniões, é como entendo desde a Presidência a resolução destas contradições, como entendemos de diferentes maneiras a integração, a articulação, a união, já que todos estão propondo uma caracterização dessa integração latino-americana, mas não há temperamento comum, menos ainda um temperamento único; há um temperamento disperso sobre como seria essa visão estratégica da ALADI.

Penso que até aí poderia haver um olhar de consenso do que foram as intervenções das doze delegações. Submeto essa proposta à consideração dos senhores representantes, porque a ideia é enviar para nossos representantes em capitais a convocatória junto com a agenda e abrir, no ponto IV, o que será o conjunto de textos a serem discutidos, que são as três resoluções que hoje em dia estão em mesa, tirando o conjunto de declarações, como a das Malvinas ou outras que já nos falaram que virão, como a apresentada pelo embaixador boliviano.

A Delegação da Colômbia tem o uso da palavra.

Representação da COLÔMBIA (Alejandro Borda Rojas). Obrigado, Presidente. Quero agradecer pela iniciativa que nos apresenta. Creio que estamos no caminho certo e nos aproxima de uma possível solução no dia de hoje.

Gostaria de fazer questão no que mencionei ao início sobre a minha condição como representante de meu Governo. Não tive ainda a oportunidade de receber instruções pontuais de capital. Não me sinto, neste momento, com a plena capacidade de aceitar o termo "estratégico". Peço desculpas, senhora Presidente, mas a conclusão de uma agenda estratégica é um assunto de fundo e talvez o desenho de uma agenda estratégica da ALADI requeira, entre outras coisas, a reflexão feita pela distinta representante do Brasil sobre a convergência, com maiúscula ou minúscula, ou da coordenação ou articulação: é um ponto de fundo que requer reflexão profunda.

Possivelmente, a resposta da minha capital seja "sim" e, possivelmente, o representante colombiano fale no Conselho de Ministros sobre uma agenda que possamos classificar como estratégica, mas neste momento eu não posso dizer se o

meu chanceler, ou quem vier em seu lugar à Reunião dos Ministros, estará autorizado a falar de uma agenda estratégica. Eu solicito a compreensão dos meus colegas para que nos limitemos a falar de uma agenda em geral e para que não a qualifiquemos ainda. Se os ministros decidirem outorgar um mandado sobre a agenda estratégica e estratégias a seguir no futuro ou nos três próximos anos, perfeito, mas creio – e peço desculpas aos que fizeram a proposta e à senhora presidente, que está procurando um consenso – mas neste momento não posso dar sinal verde a essa formulação, estaria disposto a assumir e a adotar o projeto sem menção à agenda estratégica. Muito obrigado, senhora Presidente.

PRESIDENTE. Muito obrigado, Embaixador. A Delegação de Cuba tem o uso da palavra.

Representação de CUBA (Igor Azcuy González). Muito obrigado pela palavra, Presidência, e muito obrigado por todo o trabalho feito na elaboração da agenda. A ALADI deveria ter como agenda estratégica – e isso deve ficar claro – que caminha rumo à integração, porque esse é o nome da Associação. Também, podemos aceitar “convergência”, que também está no TM80, como “articulação”, mas considero que a ALADI tem que ter muito claro para onde vai. Não devemos ter medo de assumir que vamos rumo à integração. Não devemos esperar a opinião de capital porque todos temos que ter isto muito claro – porque temos um certo nível de decisão, de proposição, aliás, isto não é definitivo – e afirmar sem medo algum que caminhamos sobre a base da integração, para conseguir esse objetivo que, considero, deve ser estratégico desta associação, porque está em seu nome, e é um objetivo comum que foi visto em vários fóruns, no fórum da CELAC e em outros organismos regionais que têm esse tema como ponto denominador comum. Muito obrigado.

PRESIDENTE. Muito obrigada à Representação de Cuba. Muito amável. O embaixador da Colômbia tem o uso da palavra.

Representação da COLÔMBIA (Alejandro Borda Rojas). Obrigado, senhora Presidente. Muito obrigado ao meu colega de Cuba pela intervenção que faz. Eu não tenho medo da integração, digo isto de forma amigável. Também não tenho medo de uma agenda que estabeleça estratégias. O meu medo é – se falamos em medo – o que possamos considerar, de forma precipitada, como agenda estratégica. Gostaria de fazer uma reflexão, em qualidade de ex-diretor de protocolo que fui há muitos anos. Gostaria de perguntar quanto tempo terá cada chanceler ou representante do governo para intervir, dia 21, porque uma reflexão profunda sobre uma agenda estratégica ou sobre a convergência requer de intervenções sumamente complexas. Teremos duas horas de reunião, de intervenções não sei se são três quartos de hora. Peço licença para fazer-lhes esta pergunta. Neste momento, tentar desenhar uma agenda estratégica e escolher um procedimento para fazê-lo é complexo, requer debates, como disse a Delegação do Brasil sobre o outro tema. Qualificar a agenda como estratégica é, em minha opinião, um pouco precipitado. Não é por temor à integração; pelo contrário, espero que para emití-lo em um debate amplo e suficiente possamos sem temor algum ir à integração. Muito obrigado, Embaixadora.

PRESIDENTE. Muito obrigada, Embaixador. A Bolívia tem o uso da palavra. Depois, a Delegação do México.

Eu gostaria de falar de uma questão de ordem: o debate sobre o conceito “estratégico” foi levado adiante nos duas Sessões de Alternos, das que também tinham participado os representantes que agora nos pedem o uso da palavra, tanto o embaixador quanto o ministro. Tínhamos acordado ajustá-los a uma agenda trienal 2014-2017 porque o novo mandado é para esse período. Para evitar que o mandado

fique incompleto, acrescentamos “e a visão da ALADI”. Para tanto, acordamos um item no ponto IV, intitulado “Da agenda trienal 2014-2017 e a visão da ALADI”, que hoje observa a embaixadora do Panamá; outros embaixadores reiteram o tema do estratégico sabendo que não tínhamos atingido consenso na denominação estratégica, não porque nossa instituição não tenha objetivos ou olhares estratégicos. Assim, acordamos resumir “Agenda trienal 2014-2017” porque o novo mandato é trienal, não é de outro período, e para garantir um olhar para além do triênio acrescentamos “a visão da ALADI”, porque não se contrapunha ao TM80.

Eu sugiro isto como questão de ordem. Eu estaria disposta e quis tomar a nova proposta do embaixador Blanco, apesar de que isto já foi discutido, e a observação da embaixadora Digna, de que talvez não tenhamos estas propostas aqui. Para poder aceitar a agenda, voltemos ao título que tínhamos acordado: “Da agenda trienal 2014-2017 e a visão da ALADI”. O conceito estratégico merecia outro debate, outras resoluções, outra profundidade, outros tempos, e é por isso que já tínhamos acordado esse título com as delegações que agora também pedem a palavra.

Estou tomando esta proposta a partir das novas intervenções, mas quero lembrar que tínhamos acordado: “Agenda trienal 2014-2017 e a visão da ALADI”. Com esse *considerando* prévio e essa questão de ordem que estou sugerindo, ofereço a palavra à Delegação da Bolívia, depois à Delegação do México e depois ao Panamá.

Representação da BOLÍVIA (Benjamín Blanco Ferri). Obrigado, Presidente. Simplesmente, queria comentar que a ideia de voltar a utilizar o termo “estratégica” era para tentar incorporar o que tínhamos abaixo; se não for “estratégica” pode ser outro termo, mas temos que dar relevância a esse ponto, não podemos falar da “agenda” ou do “ponto”, mas há que salientar que a ideia é conversar sobre como continuará a ALADI daqui para a frente, se não for “estratégica” podemos procurar outra palavra.

Nós concordamos com o que temos acordado. A proposta que eu fiz era para tentar atingir consenso em uma nova redação, não porque não concordemos em falar de um triênio, aliás, consideramos que é adequado desde que falemos da visão, isto é, desde que as duas sejam contempladas, mas uma delegação dizia que a visão não correspondia porque já está no TM80, por isso, voltamos a esta redação. Nós entendemos que os chanceleres terão intervenções de cinco ou dez minutos cada um. Poderíamos, então, falar das diretrizes para uma “estratégica”, há uma agenda estratégica para a ALADI. A ideia deste ponto é receber diretrizes dos chanceleres e, uma vez discutida a resolução, poderemos falar em um grupo de trabalho que se encarregar de tomar estas diretrizes e de transformá-las em resoluções ou em instrumentos para a ALADI. O que queremos fazer é escutar os ministros e que nos deem diretrizes, obviamente eles não discutirão uma agenda estratégica porque é um trabalho técnico com diretrizes políticas. Se antes aumentamos a palavra “diretrizes”, poderíamos falar de uma agenda estratégica. Obrigado, Presidente.

PRESIDENTE. México e depois Panamá.

Representação do MÉXICO (Alejandro de la Peña Navarrete). Obrigado, Presidente. Eu queria solicitar a palavra unicamente para assinalar que, às vezes, pela minha experiência, chegamos a um impasse porque alguém quer algo e, às vezes, o que procurei fazer para poder avançar é chegar a algo que não prejudique nem minha posição nem a dos outros. Por isto, há tempo que nas Reuniões de Alternos menciono que tenho dúvidas quanto à palavra “estratégica”, não porque seja um conceito que o México queira (o que mais queremos é ter uma agenda estratégica) O que eu não vejo – e por isso meu ceticismo e o uso da palavra – é uma intenção clara de aprovar uma agenda estratégica.

Os documentos que temos visto até o momento não estão voltados para isso. É um exercício muito elaborado. Como dizia o nosso colega da Bolívia, façamos um mandado para elaborar uma agenda estratégica, mas isso virá depois do Conselho de Ministros. Como não será o único tema a ser abordado pelos nossos ministros ou chefes de delegação, procuremos uma linguagem neutra para a agenda da ALADI, que abordar tudo, mas não procuremos aprovar um projeto de agenda provisional.

PRESIDENTE. Muito obrigada, Ministro. Embaixadora do Panamá, por favor.

Representação do PANAMÁ (Digna M. Donado). Sobre o romano IV, não tinha claro qual era a intenção da união destes dois conceitos, eu estava vendo através de um cristal que ia de encontro com o TM80 e do mandado trienal. Após a explicação feita aqui, posso conviver perfeitamente com a redação desse título. Obrigada.

PRESIDENTE. Muito obrigada, Embaixadora. Quero dar o uso da palavra ao ministro Ruffi, da Argentina.

Representação da ARGENTINA (Rubén Javier Ruffi). Obrigado, Presidência. Nós não temos inconveniente com a presença ou a ausência da palavra “estratégica” e compreendemos o assinalado por algumas delegações sobre a dificuldade de estabelecer esse ponto neste momento. Apesar disso, uma possibilidade talvez seja recolher um texto das primeiras versões da agenda que referia ao papel da ALADI no processo de integração regional e que, por sua vez, me permite lembrar que está em diferentes resoluções do Conselho de Ministros. A Resolução N° 55 diz respeito a “Medidas para fortalecer o papel da ALADI como principal marco institucional da integração regional”; a Resolução N° 59 refere às “Bases para o programa para a conformação progressiva do espaço de livre comércio”; a Resolução N° 60 faz referência ao “Papel da ALADI e ao seu funcionamento para o desenvolvimento e consolidação do processo de integração regional”. Temos, então, antecedentes sobre esse texto em três resoluções. Também temos antecedentes de que uma das primeiras versões que nos foi apresentada pela Presidência e pela Secretaria-Geral fazia referência nesse sentido. Portanto, o título poderia ser: “Papel da ALADI no processo de integração regional. Agenda 2014-2017”. Essa seria a proposta da Argentina.

PRESIDENTE. Não havendo mais usos da palavra, estamos diante de duas únicas possibilidades. A embaixadora do Panamá tem claro o porquê do título do ponto IV. Há delegações que não concordam com que a denominação desse ponto for de caráter estratégico, apesar de que possa haver mandados para esse tipo de diretrizes. A missão da Bolívia não tem inconveniente em mudar o conceito “estratégico”, se for mantido o título de “visão”, porque isso nos dá uma previsão para além do triênio.

Temos duas possibilidades: manter o título que tínhamos acordado na segunda Reunião de Alternos: “Da agenda trienal 2014-2017 e a visão da ALADI”, isto é, a proposta trazida da reunião como o título do ponto IV. O ministro Ruffi sugere um novo título, que pode ser: “Papel da ALADI no processo de integração regional. Agenda 2014-2017”.

Talvez, possamos fazer uma pequena rodada sobre estas duas apreciações: “Papel da ALADI no processo de integração regional” e “Agenda trienal 2014-2017”.

O México tem o uso da palavra.

Representação do MÉXICO (Alejandro de la Peña Navarrete). Obrigado, Presidente. Eu optaria pela segunda: “Papel da ALADI”. Tenho duas sugestões (que não são de vida ou morte). A primeira: preferiríamos que falássemos de fortalecimento do papel da ALADI, já que não definiremos o papel da ALADI, porque funciona há muitos anos, e antes dela funcionava a ALALC. Falaríamos, sim, do fortalecimento, e eu ousaria dizer que nenhum participante da reunião irá de encontro com esse conceito. A segunda: sobre a “Agenda 2014-2017”, podem deixá-la assim, se quiserem, mas a minha impressão é que não necessariamente estaremos circunscritos a esse período nem faremos um trabalho 2014-2017, mas posso viver com isso. Obrigado.

PRESIDENTE. Temos a proposta de que seja o “papel”. Reformula-se o texto para “Fortalecimento da ALADI no processo de integração regional. Agenda 2014-2017”, que, aliás, é o mandado que se estabelece.

Opiniões? Há consenso?

A Venezuela tem o uso da palavra.

Representação da VENEZUELA (Isabel Cristina Delgado Arria). Entendo que a proposta é “Fortalecimento do papel da ALADI”. Nós podemos conviver com a proposta da Argentina e do México. Muito obrigada.

PRESIDENTE. “Fortalecimento do papel da ALADI no processo de integração regional. Agenda 2014-2017.” Essa é a proposta.

Embaixadora Digna Donado, por favor.

Representação do PANAMÁ (Digna M. Donado). Eu também concordaria com essa redação.

PRESIDENTE. Muito obrigada, Embaixadora. Muito amável. Não havendo opiniões contrárias, aprovaríamos a agenda com a proposta, cuja redação está sendo aprimorada neste momento para ser apresentada às delegações ao fecho da sessão para seu posterior envio a capitais.

Faremos, então, a convocatória à sessão correspondente e colocamos à consideração o Projeto de Resolução N° 300: “Convocatória e Agenda da XVII Reunião do Conselho de Ministros das Relações Exteriores”. Não havendo novas observações, aprovamos a Resolução, que fica registrada sob o N° 410.

Desde a mesa, agradecemos especialmente a todos os participantes. São todos muito amáveis. Muito obrigada. Encerramos este tema.

A Bolívia pede para fazer uso da palavra.

Representação da BOLÍVIA. Obrigado. Somente queria fazer uma consulta. O ponto IV fica como está na tela. Este ponto não conterà nada? Tínhamos falado de duas opções: uma, que for intervenção dos ministros, e outra, para colocar os instrumentos à consideração. Ou os instrumentos serão considerados no ponto V?

PRESIDENTE. Temos escutado sua proposta, Embaixador. Nós tínhamos proposto, dentro do ponto IV, uma seção: “Consideração dos projetos submetidos à aprovação do Conselho de Ministros”, tal como redigido no XV Conselho de Ministros. O XVI teve como mandado único e exclusivo a eleição da nova autoridade. Ficaria

assim. Sem dúvidas, aí está a participação. A participação dos ministros não era estabelecida com tempo ou minutos, não tem sido estabelecida assim.

A Argentina e o Brasil solicitaram o uso da palavra.

Representação do BRASIL (Maria da Graça Nunes Carrion). Estou vendo ali no ponto V.b “Aprovação de instrumentos e subscrição da Ata”, mas “aprovação de instrumentos” e depois “consideração dos projetos” parece um pouco redundante. Ou uma coisa ou a outra. “Projetos”, “instrumentos”, voltamos à mesma discussão. “Consideração dos projetos submetida à consideração dos ministros” e “aprovação de instrumentos”, não é necessário ter as duas coisas. Eu preferiria sua proposta: “Consideração dos projetos” e eliminar “aprovação de instrumentos”.

PRESIDENTE. Obrigada, Embaixadora. A Argentina tem o uso da palavra.

Representação da ARGENTINA (Rubén Javier Ruffi). Obrigado, Presidência. Se bem esta redação, que está no ponto IV, como assinalado pela Presidência, foi utilizada por nós também em outras reuniões, ao incluir no ponto b do V: “Aprovação de instrumentos e assinatura da ata”, normalmente dizia: “Aprovação e assinatura da ata”, porque a ata é rubricada em cada uma das folhas e assinada, e as resoluções e declarações estão em anexo. Por isto, dizia: “Aprovação e assinatura da ata”. Não obstante, para contemplar o tema de que haverá discussão de instrumentos, nós preferiríamos que a letra b) ficasse como está: “Aprovação de instrumentos e assinatura da ata”, e que no ponto IV houvesse um item, como assinalava a Bolívia: “Intervenção dos senhores ministros”, porque, do ponto de vista tático, também damos a sensação de que o ponto principal, em que queremos que os ministros falem, o ponto substancial, para além do título, é o ponto IV. De certa forma, estamos manifestando que os ministros intervirão somente sobre o ponto IV, obviamente, podem intervir sobre os outros pontos, está também “Assuntos diversos”, mas a ideia é que nós canalizemos a discussão no ponto IV com intervenção dos ministros. Nós sugeriríamos acompanhar a proposta da Bolívia de que fique como está, e que no ponto V, a letra b) fique como se mostra na tela. Obrigado.

PRESIDENTE. Colocamos à consideração a sugestão de que o ponto IV tenha um subtítulo b) para a intervenção dos ministros.

Representação do MÉXICO. Só queria lembrar que a minha delegação tinha sugerido que, em vez de “Intervenção dos senhores Ministros”, fosse estabelecido “Intervenção dos senhores Ministros/as e Chefes de Delegação”.

PRESIDENTE. O Panamá tem o uso da palavra.

Representação do PANAMÁ (Digna M. Donado). Somente por uma questão de ordem, Presidente, queria dizer que o ponto V. “Assuntos diversos”, deve estar ao final da ata e não ao início. Primeiro: “Aprovação de instrumentos e assinatura da ata da reunião”. Depois: “Assuntos diversos”.

PRESIDENTE. Em todos os Conselhos de Ministros, “Assuntos diversos” têm aparecido previamente à elaboração da ata e da assinatura dos instrumentos porque há assuntos que serão incorporados dentro da ata, que é o encerramento final de toda a sessão.

Representação do PANAMÁ (Digna M. Donado). Está certa.

PRESIDENTE. Obrigada, Embaixadora. Não havendo opiniões contrárias, senhores Representantes, com esta última modificação do ponto IV damos por aprovada a agenda provisional que acompanha a convocatória do Conselho de Ministros da XVII Reunião das autoridades da ALADI. Muito obrigada. São muito amáveis.

“RESOLUÇÃO 410

CONVOCATÓRIA E AGENDA DA DÉCIMA SÉTIMA  
REUNIÃO DO CONSELHO DE MINISTROS DAS RELAÇÕES EXTERIORES

O COMITÊ de REPRESENTANTES,

TENDO EM VISTA os artigos 30, 32, 35, 38 e 39 do Tratado de Montevideu 1980 e a Resolução 76 (XVI) do Conselho de Ministros.

CONSIDERANDO que é necessário avançar no processo de integração latino-americana; e  
que corresponde a designação do Secretário-Geral da ALADI pelo Conselho de Ministros.

RESOLVE:

PRIMEIRO.- Convocar o Conselho de Ministros das Relações Exteriores para realizar sua Décima Sétima Reunião, em 21 de agosto de 2014, na cidade de Montevideu, República Oriental do Uruguai.

SEGUNDO.- Propor ao Conselho de Ministros das Relações Exteriores a seguinte agenda provisória:

- I. Da Abertura do Conselho de Ministros.
  - a. Eleição de autoridades da Mesa Diretiva do Conselho de Ministros.
  - b. Aprovação da agenda.
  - c. Estabelecimento da ordem de votação nominal. Resolução 1 (I), art. 11.
- II. Da Gestão Institucional 2011 - 2014.
  - a. Relatório da Presidência do Comitê de Representantes.
  - b. Relatório do Secretário-Geral.
- III. Da Designação do Secretário-Geral.
- IV. Do Fortalecimento do papel da ALADI no processo de integração regional. Agenda 2014 - 2017.
  - a. Intervenção dos Ministros e Chefes de Delegação.
- V. Do Encerramento da Sessão.
  - a. Assuntos diversos.
  - b. Aprovação de instrumentos e assinatura da Ata da Reunião.”

3. Assuntos diversos.

... Encerramos a sessão.